

Coleção
Eduardo Espínola

Christian Garcia Vieira

**DESCONSIDERAÇÃO
DA PERSONALIDADE
JURÍDICA NO NOVO CPC**

**Natureza, procedimentos
e temas polêmicos**



2017



Rua Mato Grosso, 175 – Pituba, CEP: 41830-151 – Salvador – Bahia
Tel: (71) 3363-8617 / Fax: (71) 3363-5050
• E-mail: fale@editorajuspodivm.com.br

Copyright: Edições JusPODIVM

Conselho Editorial: Eduardo Viana Portela Neves, Dirley da Cunha Jr., Leonardo de Medeiros Garcia, Fredie Didier Jr., José Henrique Mouta, José Marcelo Vigliar, Marcos Ehrhardt Júnior, Nestor Távora, Robério Nunes Filho, Roberval Rocha Ferreira Filho, Rodolfo Pamplona Filho, Rodrigo Reis Mazzei e Rogério Sanches Cunha.

Capa: Ana Caquetti

D448 Desconsideração da Personalidade Jurídica no Novo CPC – Natureza, procedimentos e temas polêmicos / Christian Garcia Vieira – Salvador: Juspodivm, 2016.
224 p. (Eduardo Espínoia / Coordenação Fredie Didier Jr.)

Bibliografia.
ISBN 978-85-442-1414-5

1. Natureza jurídica. 2. Incidente de desconsideração da personalidade jurídica. I. Didier Jr., Fredie. II. Vieira, Christian Garcia. III. Título.

CDD 341.4637

Todos os direitos desta edição reservados à Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e da Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

SUMÁRIO

ABREVIACÕES.....	21
------------------	----

PARTE I**NOTAS DE CARÁTER INTRODUTÓRIO****Capítulo 1**

IMPORTÂNCIA DO TEMA E DELIMITAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO	25
---	----

Capítulo 2

PROPÓSITO DA TESE E PLANO DE EXPOSIÇÃO	31
--	----

PARTE II**DA ORIGEM DA TEORIA DA DESCONSIDERAÇÃO ATÉ A NECESSIDADE DE REGRAS PARA SUA APLICAÇÃO****Capítulo 3**

CRISE DO CONTRADITÓRIO NA DESCONSIDERAÇÃO - REGRAS PROCEDIMENTAIS COMO INSTRUMENTO DE CONTROLE.....	41
---	----

PARTE III**EXPOSIÇÃO E DEMONSTRAÇÃO DA TESE PROPOSTA****Capítulo 4**

NORMAS FUNDAMENTAIS E O “INCIDENTE” DE DESCONSIDERAÇÃO	61
4.1. Princípio da eficiência.....	64
4.2. Contraditório dinâmico.....	67
4.3. Conclusão parcial	73

Capítulo 5

INCIDENTES PROCESSUAIS.....	81
5.1. Conceito de incidente	83
5.2. Característica de dependência.....	86
5.3. Limitação das matérias tratadas em incidentes no processo	88
5.4. Restrição às alterações subjetivas	90
5.5. Conclusão parcial	91

Capítulo 6

CARACTERIZAÇÃO DO “INCIDENTE DE DESCONSIDERAÇÃO” COMO DEMANDA INCIDENTAL	95
6.1. Conclusão parcial	100

PARTE IV**ANÁLISE DOS ELEMENTOS DA DEMANDA INCIDENTAL DE DESCONSIDERAÇÃO****Capítulo 7**

DEFINIÇÃO DA TEORIA PARA IDENTIFICAÇÃO DOS ELEMENTOS DA DEMANDA INCIDENTAL DE DESCONSIDERAÇÃO	111
--	------------

Capítulo 8

ELEMENTOS SUBJETIVOS DA DEMANDA INCIDENTAL DE DESCONSIDERAÇÃO	115
8.1. Partes.....	115
8.2. Legitimidade ativa para a propositura da demanda incidental....	116
8.3. Legitimidade passiva para a propositura da demanda incidental	119
8.4. Distinção necessária: parte na demanda principal e na demanda incidental.....	125
8.5. Intervenção de terceiros	128
8.5.1. Assistência.....	128
8.5.2. Denúnciação da lide	129
8.5.3. Chamamento ao processo.....	131
8.5.4. <i>Amicus curiae</i>	132

Capítulo 9

ELEMENTOS OBJETIVOS DA DEMANDA DE DESCONSIDERAÇÃO	135
9.1. Causa de pedir	135
9.2. Ampliação e alteração da causa de pedir – estabilização	140
9.3. Pedido	144

PARTE V**ASPECTOS PROCEDIMENTAIS DA DEMANDA INCIDENTAL DE DESCONSIDERAÇÃO****Capítulo 10**

FASES POSTULATÓRIA E INSTRUTÓRIA	149
10.1. Petição inicial.....	149
10.2. Tutela de urgência - Diferimento do contraditório.....	151
10.3. Anotação no distribuidor – momento.....	154
10.4. Particularidades: aspectos da competência.....	155
10.4.1. Conexão entre demandas incidentais.....	157

10.4.2. Incompetência superveniente.....	162
10.4.3. Impedimento e suspeição supervenientes	164
10.4.4. Competência na fase recursal.....	165
10.5. Impossibilidade de suspensão total.....	166
10.6. Resposta na demanda incidental.....	168
10.7. Provas.....	174

Capítulo 11

NATUREZA DA DECISÃO QUE RESOLVE A DEMANDA INCIDENTAL..... 177

11.1. Aspectos práticos decorrentes da sentença que acolhe o pedido....	180
11.2. Honorários e despesas	182

Capítulo 12

MEIOS DE CONTROLE DA DECISÃO PROFERIDA NA DEMANDA INCIDENTAL DE DESCONSIDERAÇÃO 185

12.1. Recursos cabíveis.....	185
12.2. Rescindibilidade	187

Capítulo 13

NOTAS CONCLUSIVAS..... 189

BIBLIOGRAFIA..... 193